



Prefeitura de Itabuna-BA
Assistente Social

LÍNGUA PORTUGUESA

Análise e Interpretação de Textos: Compreensão global das informações. Identificação das ideias principais e secundárias, pressuposições e inferências.	1
Reconhecimento da estrutura do texto e dos parágrafos.	7
Significados de palavras e expressões no texto.	8
Substituição de palavras e de expressões do texto. Nexos e outros recursos coesivos	9
recursos de argumentação.....	11
Gêneros textuais diversos.	22
Linguagem e adequação social.....	33
Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais.	34
Registros formal e informal da linguagem.	35
Textualidade: Coesão, coerência, argumentação	36
intertextualidade.	36
Confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas.....	38
Fonologia: Letras (consoantes, vogais e semivogais). Fonemas. Encontros vocálicos. Dígrafos. Encontros consonantais. Sílabas: classificação, divisão, acento tônico, monossílabos	40
acentuação gráfica e suas regras	44
regras especiais, acento diferencial/grave.	46
Ortografia.....	47
Notações léxicas.	48
Emprego dos porquês.	49
Emprego do hífen.....	49
Sinais de pontuação.....	50
Morfologia: Classes de palavras variáveis (adjetivo, artigo, numeral, pronome, substantivo e verbo), reconhecimento, classificação, uso e flexão. Classes de palavras invariáveis (advérbio, conjunção, interjeição e preposição), reconhecimento, classificação e uso.	55
Semântica: Sinônimos. Antônimos. Homônimos e parônimos. Denotação e conotação.....	66
Figuras de linguagem.	66
Sintaxe: Análise sintática (interna e externa).	71

SUMÁRIO



Concordância nominal e verbal.	76
Regência nominal e verbal.	79
Pontuação.	81
Emprego da crase.	81
Exercícios.....	82
Gabarito.....	91

CONHECIMENTOS GERAIS

Tópicos relevantes e/ou atuais, suas inter-relações e vinculações históricas, nas áreas de: Segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, meio ambiente, desenvolvimento sustentável e ecologia.	1
Serviço Público: Relações Humanas no Trabalho - Princípios básicos.	2
Comunicação e relacionamento interpessoal.....	10
Comportamento individual e em grupo. Normas de conduta socialmente adequadas no ambiente de trabalho.	16
Trabalho em equipe.	17
Trato social: regras de convivência. Atendimento ao público.....	19
Ética e serviço público.	28
Segurança do trabalho, higiene e organização.....	29
Informática Básica: Conceitos básicos da tecnologia da informação. Componentes de hardware e software de computadores e suas características.	38
Operação e configuração: sistema operacional Windows 10 ou posterior;	44
editor de texto Word 2016 ou posterior;	55
planilha eletrônica Excel 2016 ou posterior.....	63
Navegação web e segurança na/para Internet.	71
Correio eletrônico.	78
Raciocínio Lógico e Quantitativo: Operações com conjuntos	81
Divisão proporcional, razão e proporção, regras de três,.....	85
porcentagem.....	94
Relação entre grandezas: tabelas e gráficos.	96
Princípio Fundamental da Contagem.	102
Noções de probabilidade e médias.	103
Pensamento indutivo e dedutivo.	109
Equivalência lógica.....	110
negação de proposições	116
Lógica da argumentação.	117
Implicação lógica.	118
Associação lógica.	121
Pensamento crítico e a lógica analítica.....	125

SUMÁRIO



Exercícios.....	128
Gabarito.....	136

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Art. 1º a 69; Art. 76 a 92; Art. 101 e 102; Art. 127 a 129). - ITABUNA.	1
itabuna-. Lei Orgânica do Município.....	53
itabuna-.Lei Municipal nº 2.442/2019. Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.....	126
Exercícios.....	126
Gabarito.....	129

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Saúde Pública e Coletiva: Políticas públicas da saúde no Brasil. Sistema Único de saúde (SUS).....	1
Atenção primária à saúde no Brasil.....	12
Processo saúde-doença.....	49
Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos.....	54
Risco, vulnerabilidade e fatores de risco em saúde.....	63
Vigilância em saúde.....	69
Educação para a saúde.....	79
Doenças transmissíveis.....	93
Imunizações, imunologia e vacinas.....	100
Humanização das práticas no cuidado e no trabalho de saúde.....	120
Epidemiologia.....	121
Serviço Social e Políticas Públicas: Política Nacional de Assistência Social (PNAS)..	129
Sistema Único da Assistência Social (SUAS).....	144
Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).....	181
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).....	183
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).	243
Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).....	244
Proteção e Atenção Integral à Família.	260
Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.....	272
Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.....	273
População em Situação de Rua.....	274
Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	284
Abordagem Social.....	287
Medidas Socioeducativas.....	287
Calamidades Públicas e Emergências.....	291

SUMÁRIO



Vigilância Socioassistencial.....	292
Inclusão social.....	298
Enfrentamento da pobreza.....	299
Violência intrafamiliar.....	300
abandono.....	322
trabalho infantil.....	322
ato infracional.....	341
Participação Social.....	349
Controle Social.....	351
Proteção Social Básica.....	360
Proteção Social Especial.....	363
Benefícios Assistenciais.....	363
Objetivos da Assistência Social.....	365
Entidades de Assistência Social.....	366
Acolhimento.....	369
Violência.....	370
Família.....	370
Dialética.....	385
Mediação.....	386
Serviço Social.....	386
Assistência Social.....	390
DireitoS.....	393
Participação.....	394
Saúde.....	394
Sistemas Público e Privado.....	394
Seguridade Social.....	395
Políticas Públicas.....	395
Gestão Social.....	395
Estudo Social. Laudos Periciais.....	405
Questão Social.....	409
Estado.....	455
Sociedade Civil.....	485
Espaço Institucional e Profissional.....	489
Dialética e Trabalho Social.....	504
Ética.....	504
Projeto ético-político do Serviço Social.....	505
Globalização.....	535
Saúde mental.....	535
Interdisciplinaridade.....	551

SUMÁRIO

Trabalho	552
Grupos.....	565
Redes	566
Cidadania	582
Vida Social.....	601
Planejamento, gestão e execução de políticas, programas, projetos e serviços sociais	602
Contexto atual e o neoliberalismo	617
Direitos sociais, legislação e mecanismos de acesso.....	621
Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente.....	622
Dimensões políticas e práticas do profissional.....	623
Instrumentalidade/documentação (pareceres e relatórios, outros)	628
Gênero, diversidade, raça e políticas afirmativas.....	639
A dimensão técnico-operativa do serviço social.....	640
Visita domiciliar, visita institucional, reunião, mobilização social, trabalho em rede, ação socioeducativa com indivíduos, grupos e família, abordagens individual e coletiva.....	654
Estudo social, perícia social, relatório social, laudo social, parecer social	654
Atuação em equipe multiprofissional e interdisciplinar.....	654
O trabalho em redes: esfera pública, conselhos de direito	655
Intersetorialidade e interdisciplinaridade	655
Gestão Social	655
Planejamento Social.....	655
Processos de trabalho no Serviço Social e seus fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético políticos.....	666
Processos de trabalho e instrumentalidade no Serviço Social	670
Abordagens grupais e individuais.....	671
Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção	672
Código de Ética Profissional.....	672
Exercícios.....	680
Gabarito.....	687

NORMAIS LEGAIS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Da Ordem Social - Art. 193 a 232.....	1
BRASIL. Portaria de Consolidação nº 2/2017 - Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.....	21
BRASIL. Decreto nº 7.508/2011 - Regulamenta a Lei nº 8.080/1990.	34
BRASIL. Lei nº 8.080/1990 - Lei Orgânica da Saúde.	41



BRASIL. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	60
BRASIL. Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.	129
BRASIL. Lei nº 10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa.	162
BRASIL. Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha.	183
BRASIL. Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial.	195
BRASIL. Lei nº 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.	208
BRASIL. Decreto nº 11.016/2022 - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.	226
BRASIL. Decreto nº 6.214/2007 - Benefício de Prestação Continuada.	230
BRASIL. Decreto nº 6.307/2007 - Benefícios Eventuais.	245
BRASIL. Decreto nº 9.761/2019 - Política Nacional sobre Drogas.	247
BRASIL. Lei nº 12.594/2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sisnase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.	261
BRASIL. Resolução CNAS nº 145/ 2004 - Política Nacional de Assistência Social. ...	284
BRASIL. Resolução CNAS nº 33/2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).	284
BRASIL. Resolução CNAS nº 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.	326
BRASIL. Resolução nº 269/2006 - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS).	326
Exercícios.	327
Gabarito.	333

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitir outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;



O que é o Sistema Único de Saúde (SUS)?

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

AVANÇO: Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF-88), a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. No período anterior a CF-88, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas.

Estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas co-responsabilidades.

Ministério da Saúde

Gestor nacional do SUS, formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Into e oito hospitais federais.

Secretaria Estadual de Saúde (SES)

Participa da formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde.

Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Planeja, organiza, controla, avalia e executa as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde.

Conselhos de Saúde

O Conselho de Saúde, no âmbito de atuação (Nacional, Estadual ou Municipal), em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Cabe a cada Conselho de Saúde definir o número de membros, que obedecerá a seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.



TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Parágrafo único. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

CAPÍTULO II

DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: (Vide Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)